

**EXERCÍCIOS – CRISE DO IMPÉRIO****1. (ESA 2021)**

No final do século XIX a monarquia Brasileira estava desgastada politicamente, o que resultou numa crise. Sobre os fatos ocorridos durante a crise da monarquia brasileira e Proclamação da República, pode-se afirmar que:

- a) a Igreja Católica foi a única instituição que apoiou o imperador até a sua queda.
- b) o Manifesto Republicano já havia sido lançado no final do século XVIII, pela Conjuração Carioca.
- c) a proclamação da República foi efetivada sem a participação de militares do Exército.
- d) com a abolição da escravidão, muitos senhores de escravos passaram a apoiar a causa republicana.
- e) o governo monárquico não reagiu à situação difícil que se encontrava.

2. (UFPR 2020) Em 1888, a princesa Isabel, filha do imperador do Brasil, Pedro 2º, assinou a Lei Áurea, decretando a abolição [...]. A decisão veio após mais de três séculos de escravidão, que resultaram em 4,9 milhões de africanos traficados para o Brasil, sendo que mais de 600 mil morreram no caminho.

(Amanda Rossi e Camilla Costa, postado em 13 de maio de 2018 – BBC Brasil em São Paulo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091469>. Acesso em 25 de junho de 2019.)

De acordo com o trecho acima, considere as seguintes afirmativas:

1. A chamada “Lei Áurea”, assinada pela princesa Isabel, não pode ser vista como uma concessão da monarquia, sendo resultado de um longo processo de luta e resistência que contou com a presença ativa de escravizados e escravizadas para sua libertação do cativo.
 2. No período imediato que sucedeu à abolição, os libertos puderam contar com medidas de apoio na forma de distribuição de pequenos lotes de terra, tal como aconteceu nos Estados Unidos após a Guerra Civil, com a chamada “Reconstrução”.
 3. Escravizados e escravizadas receberam apoio de muitos setores da sociedade da época ligados ao movimento abolicionista, sendo Luís Gama, filho de escrava e advogado autodidata, um dos personagens mais célebres e atuantes, empenhando-se na libertação de centenas de cativos e cativas.
 4. Os segmentos da sociedade adeptos do regime escravista defendiam a “emancipação gradual” e nutriam o profundo receio de que a abolição imediata da escravidão trouxesse desorganização econômica e provocasse o caos social.
- Assinale a alternativa correta.
- a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
 - b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
 - c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
 - d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
 - e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

3. (EsPCEEx 2019) Ideias republicanas estavam presentes entre os brasileiros há tempos. No século XVIII, inspiraram movimentos contra o domínio português. Em 1870, um grupo de políticos lançou, no Rio de Janeiro, o Manifesto Republicano. Os seguintes episódios, ocorridos na segunda metade do século XIX, abalaram o Império Brasileiro. Considerando os seguintes fatos:

- I – Questão Militar.
- II – Questão de Fronteiras.
- III – Questão Religiosa.
- IV – Questão da Cisplatina.
- V – Questão Abolicionista.

Assinale abaixo a alternativa em que todas as proposições estão corretas no que se refere às questões que contribuíram para o fim do período Imperial Brasileiro.

- a) I e II. b) I, II e III. c) I, III e V. d) III, IV e V. e) IV e V.

4. (UECE 2020) A queda do império no Brasil não se deu apenas por uma causa, mas por um acúmulo de fatores. Analise os fatos apresentados a seguir e assinale o que NÃO corresponde a uma causa para o fim da monarquia no Brasil

- a) Guerra de Canudos, ocorrida em uma comunidade rural no interior da Bahia, que provocou milhares de mortes e abalou a popularidade do império
- b) Movimento Abolicionista, que provocou o fim da escravidão no império, causando a ira de muitos latifundiários escravistas.



- c) Questão Militar, em que oficiais do exército brasileiro se opuseram à monarquia, o que conduziu muitos militares aos quadros do movimento republicano
- d) Questão Religiosa, oriunda do choque entre a maçonaria, liderada pelo próprio imperador, e clérigos da igreja católica, o que agravou a imagem da monarquia

5. (UEL 2016) O Positivismo desenvolveu-se no Brasil durante o II Império e foi defendido por políticos ilustres como Benjamin Constant, Júlio de Castilho, Teixeira Mendes, marcando fortemente os ideais republicanos que culminaram com a Proclamação da República, em 1889.

Com base nos conhecimentos sobre as influências positivistas no processo de transição do regime imperial para o republicano, considere as afirmativas a seguir.

- I. Como expressão mais forte dessas mudanças, o pavilhão imperial adotou o lema positivista.
 - II. A ideia de uma democracia representativa levou à adoção do sistema do voto universal, o que permitia a acomodação das classes sociais.
 - III. A presença do ideário positivista destacou-se no setor militar, sobretudo entre os oficiais de alta patente.
 - IV. A formação de um governo de cunho autoritário caracterizou-se pela imposição da ordem através da força militar, na chamada República de Espadas.
- a) Somente as afirmativas I e II são corretas
 - b) Somente as afirmativas I e IV são corretas
 - c) Somente as afirmativas III e IV são corretas
 - d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas
 - e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas

6. (FMJ 2020) A década de 1880 trouxe ao governo de D. Pedro II dois grandes problemas. Um era novo, a agitação militar. Outro era a velha questão, ainda não plenamente resolvida, da abolição.

(José Murilo de Carvalho. D. Pedro II, 2007. Adaptado.)

A respeito dos dois grandes problemas mencionados no texto, cabe destacar:

- a) a publicação do Manifesto Republicano por dissidentes do Partido Conservador, criticando o fato de o Brasil ser a única monarquia da América.
- b) o movimento tenentista, que dava ênfase à ampliação do sistema de educação do país e propunha o estabelecimento de uma república positivista, controlada pelos militares.
- c) o estímulo à formação de famílias escravas, após a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, a fim de aumentar a oferta de mão de obra nas fazendas de café do Sudeste brasileiro.
- d) o descontentamento dos militares, que se opunham ao sistema político oligárquico, sustentado, entre outros meios, pelo voto de cabresto e pelas fraudes eleitorais.
- e) a postura crítica de membros do Exército à monarquia e à escravidão, tendo em vista, entre outros fatos, a superação de preconceitos contra os negros por meio da convivência com soldados alforriados na Guerra do Paraguai

7. (UNICENTRO 2019) “A Lei Áurea era mesmo popular e conferia nova visibilidade à princesa Isabel e à Monarquia. No entanto, politicamente, o Império tinha seus dias contados ao perder o apoio dos fazendeiros do Vale do Paraíba. Apesar do clima de euforia reinante, parecia ser o último ato do teatro imperial. [...] Nos jornais e nas imagens da época, Isabel passa a ser retratada como uma santa a redimir os escravos, que aparecem sempre descalços e ajoelhados, como a rezar e a abençoar a padroeira. Já a princesa surge de pé e ereta, contrastada com a posição curvada e humilde dos ex-escravos, que parecem manter a sua situação – se não mais real, ao menos simbólica. Aos escravos recém-libertos só restaria a resposta servil e subserviente, reconhecadora do tamanho do “presente” recebido. Estava inaugurada uma maneira complicada de lidar com a questão dos direitos civis. Sem a compreensão de que a abolição era resultado de um movimento coletivo, permaneceríamos atados ao complicado jogo das relações pessoais, suas contraprestações e deveres: chave do personalismo e do próprio clientelismo. Nova versão para uma estrutura antiga em que as relações privadas se impõem sobre as esferas públicas de atuação. Como se fôssemos avessos a qualquer associação com a violência, apenas reproduzimos hierarquias que, de tão assentadas, pareciam legitimadas pela própria natureza. Péssima lição de cidadania: a liberdade combinada com humildade e servidão, distante das noções de livre-arbítrio e de responsabilidade individual.”

SCHWARCZ, Lília. Abolição como Dádiva. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.) A Era da Escravidão. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, p. 88-90.

A respeito da Lei Áurea é correto afirmar:



- a) Além da liberdade, foi concedida para cada ex-escravizado uma gleba de terras para que pudesse trabalhar e manter sua família.
- b) Foi estipulada uma indenização individual de um conto de réis para cada ex-escravizado a título de indenização pelo seu trabalho compulsório anterior.
- c) A lei estipulou um sistema jurídico que punia como crime contra a humanidade qualquer forma de exploração e preconceito.
- d) A Abolição da escravidão proporcionou, ao Imperador Pedro II, maior apoio dos cafeicultores e, dessa forma, protelou a Proclamação da República.
- e) A assinatura da Lei Áurea não significou o fim do preconceito racial e não propiciou acesso à terra ou a qualquer outra forma de indenização às populações libertas.

GABARITO E RESOLUÇÃO COMENTADA:

1. D

- a) Incorreta. A relação da Monarquia Brasileira com a Igreja Católica foi estremecida após a Questão Religiosa, episódio marcado pela prisão do Bispo de Olinda pelas autoridades imperiais na década de 1870.
- b) Incorreta. O Manifesto Republicano foi lançado somente no ano de 1870, e não no século XVIII.
- c) Incorreta. Os militares foram os protagonistas da Proclamação da República em 1889. Tal grupo estava motivado pela difusão de ideias republicanas positivistas e pelo estremecimento das relações com o Império após a chamada Questão Militar.
- d) Correta. Com a abolição, os antigos proprietários de escravos exigiam o pagamento de uma indenização pela perda da propriedade de seus cativos. Diante da negativa das autoridades monárquicas, tais proprietários aderiram à causa republicana na esperança do recebimento de uma indenização pelo novo governo.
- e) Incorreta. A monarquia buscava meios de reagir às crises vividas após a década de 1870. Por exemplo, revogou a prisão do bispo de Olinda na tentativa de reatar laços com a Igreja Católica, além de ter punido os militares que se manifestavam politicamente em contradição com os termos da Constituição de 1824.

2. D

Afirmativa 1: Correta. A tese de que a Lei Áurea foi uma “concessão” benevolente das lideranças políticas brasileiras é simplificadora e elitista acerca da história da abolição. Afinal, ela desconsidera a enorme pressão política ocasionada pelas revoltas escravas, pelo movimento abolicionista e pela comunidade internacional na efetivação da abolição da escravatura, resumindo tal episódio à agência histórica de poucos personagens.

Afirmativa 2: Incorreta. Os ex-escravos não contaram com uma política efetiva de inclusão econômica e social após a Lei Áurea. Desta forma, o governo não apresentou qualquer estratégia de distribuição de terras, de educação ou de proposição de meios para que os ex-escravos buscassem formas de ascensão social e inclusão efetiva na sociedade brasileira.

Afirmativa 3: Correta. O rábula Luís Gama foi responsável pelo ingresso de diversas ações de liberdade na Justiça Brasileira do século XIX. Sua atividade jurídica e política resultou na emancipação de dezena de cativos naquele contexto. Ademais, além de Luis Gama, o movimento abolicionista brasileiro contou com a simpatia de militares, intelectuais e ação de grupos como as Sociedades Abolicionistas, associações organizadas especificamente para a compra de alforrias e para a defesa da abolição perante a opinião pública.

Afirmativa 4: Correta. Embora as revoltas escravas e o movimento abolicionista exercessem grande pressão pela abolição na sociedade brasileira, os escravocratas tinham grande influência no parlamento e nos gabinetes ministeriais do Império. Desta forma, advogavam pela importância de uma abolição lenta, gradual e segura, o que garantiria uma transição supostamente “ordenada” para o trabalho livre no Brasil, ainda que reduzisse a urgência das questões humanitárias da pauta abolicionista.

3. C

Os fatores preponderantes para a Crise da Monarquia foram a Questão Militar, a Questão Religiosa e a Questão Abolicionista.

A Questão Militar foi caracterizada pelo atrito entre o Exército Brasileiro e o Império após o final da Guerra do Paraguai (1864-1870). Após o conflito, o Exército saiu prestigiado perante a sociedade brasileira e cada vez mais simpático aos ideais abolicionistas, tendo em vista a considerável participação dos escravos nas batalhas contra o Paraguai. No entanto, os militares eram proibidos de manifestações públicas de seus ideais políticos, e conforme manifestavam apoio ao abolicionismo ou à necessidade de reformas na carreira militar, eram punidos pelas autoridades imperiais e se distanciavam do governo de Pedro II.



Por sua vez, a Questão Religiosa foi o afastamento da Igreja Católica da Monarquia Brasileira após a publicação da Bula Syllabus pelo Vaticano. Esse texto orientava pela exclusão dos maçons das ordens religiosas católicas, medida que teve sua aplicação impedida no Brasil por ordens do imperador Pedro II. Contudo, alguns religiosos ignoraram a interferência do Imperador e passaram a excluir os maçons de suas paróquias, o que gerou a prisão de importantes membros do Clero, como o Bispo de Olinda. Esse atrito estremeceu o apoio da Igreja à monarquia, contribuindo para o agravamento da crise da monarquia brasileira.

A Questão Abolicionista resultou no afastamento da elite latifundiária do governo monárquico brasileiro. Com a aprovação da Lei Áurea, os antigos proprietários de escravos exigiam uma indenização por parte do governo, tendo em vista que “perderam” a propriedade de seus escravos por interferência do Estado. Diante da negativa do governo Imperial, os antigos proprietários passaram a apoiar a causa republicana, esperançosos de que o novo governo atendesse as demandas indenizatórias.

Por fim, o tema de Fronteiras e da Cisplatina não concorreram para a crise do Império. A Cisplatina rompeu com o Brasil ainda no Primeiro Reinado, e a temática de fronteiras não estava na ordem política do dia nas décadas finais do século XIX.

4. A

A alternativa incorreta é a letra A, já que os eventos ligados a Canudos (1896-97) ocorreram durante a República Velha, e não no Império Brasileiro.

5. C

I – Falso. Há uma pegadinha aqui, já que o lema positivista “Ordem e Progresso” foi adotado na Bandeira Republicana, e não Imperial.

II – Falso. O direito a voto na Primeira República era restrito aos homens alfabetizados, e não “universal”. Também é incorreto sugerir que tais bandeiras eram fundamentais aos adeptos do positivismo.

III – Verdadeiro. O positivismo apresentou grande capilaridade entre os militares brasileiros, sendo estudado e difundido especialmente na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

IV – Verdadeiro. O exemplo maior desta política foi Floriano Peixoto, presidente do Brasil entre 1891 e 1894. Para tal presidente, a necessidade de imposição da ordem levou o político a ignorar o dispositivo constitucional que exigia a convocação de novas eleições após a renúncia de Deodoro da Fonseca, bem como justificou o enfrentamento de revoltas ocorridas à época, como a Segunda Revolta da Armada e a Revolução Federalista.

6. E.

a) Incorreta. O Manifesto Republicano de 1870 foi escrito por dissidentes e membros radicais do Partido Liberal, e não do Conservador. Ademais, o documento não centrava suas críticas ao Império pelo fato de o Brasil ser a “única” monarquia das Américas, mas sim no exagerado centralismo político daquele contexto.

b) Incorreta. O movimento tenentista surge na década de 1920, já no período republicano brasileiro.

c) Incorreta. A questão da família escrava não esteve entre os principais temas da crise vivida pelo Império Brasileiro, ao contrário do afirmado

d) Incorreta. Os militares brasileiros não advogavam pela adoção do voto de cabresto e pelas fraudes eleitorais. À época da Crise do Império, defendiam a adoção de uma República Positivista que garantisse a ordem pública para a conquista do progresso social, tal qual como preconizado pelo intelectual Augusto Comte.

e) Correta. A defesa do abolicionismo pelo Exército foi um dos principais elementos de atrito entre militares e autoridades políticas do Império. Afinal, conforme os militares manifestavam publicamente sua simpatia pelo abolicionismo, o governo imperial agia para punir tais indivíduos, já que a Constituição de 1824 impedia a manifestação pública de opiniões políticas por parte de militares.

7. E

a) Incorreta. A Lei Áurea não foi acompanhada de qualquer oportunidade econômica de inserção dos ex-escravos na sociedade brasileira.

b) Incorreta. À época, não foi implementada qualquer política de reparação ou indenização para os ex-escravos libertos em 1888.

c) Incorreta. O texto da Lei Áurea é bastante enxuto, restringindo-se à declaração da extinção da escravidão no Brasil. Portanto, não explicitava qualquer punição ou mesmo a tipificação de crime sobre a continuidade de práticas da escravidão no país.



d) Incorreta. A Abolição da escravidão sem o pagamento de indenização levou a rompimento dos cafeicultores com a monarquia brasileira. Tornaram-se os “republicanos de última hora”, esperançosos em receber a indenização pelos escravos libertos com a adoção de um novo governo.

e) Correta. O preconceito racial e as disparidades entre negros e brancos no Brasil são mazelas que a sociedade enfrenta até os dias atuais.



MATERIAIS DE HISTÓRIA